

economia

COTAÇÕES DO DÓLAR - (R\$/US\$)

DATA	COMERCIAL	TURISMO
	COMPRA VENDA	COMPRA VENDA
28/1	5,3890 5,3900	5,4330 5,5630

BOLSA DE VALORES

MERCADOS	FECHAMENTO	VARIACÃO
Bovespa	111.910,10	+1,19%
Dow Jones/NY	34.160,78	+1,65%
Nasdaq	13.767,83	+3,11%
S&P Merval	88.269,83	+2,68%



Desafios aos planos dos presidenciais

Os presidenciais têm pela frente um dos piores, senão o pior, cenários econômicos pré-eleitoral desde a estabilização do Plano Real. Entre 2015 e 2020 a economia brasileira apresentou retração acumulada de 6,3% do PIB (Produto Interno Bruto). Se 2021 fechar com crescimento de 5%, ainda assim a produção de riqueza na economia seguirá menor que a efetivada em 2014.

Nos sete anos compreendidos entre 2015 e 2021, a inflação acumulada pelo IPCA ultrapassa 50%. Especificamente nos últimos três anos de gestão do atual governo, a inflação acumulada é de 20%.

A taxa de desemprego registrada em novembro de 2021 foi de 11,6%, último dado divulgado da PNAC mensal pelo IBGE. Embora esteja apontando recuo em relação a 2020, quando a taxa beirou os 15% de desocupação, novembro último ainda é cerca de 5 pontos percentuais acima do observado em 2014 e primeiro semestre de 2015.

A estes dados pontuais do cenário macroeconômico se somam a queda da massa de renda da população e do rendimento médio das famílias, além da ampliação dos níveis de endividamento e do número de famílias em situação de pobreza e extrema vulnerabilidade.

Por fim, é essencial considerar que este cenário nacional está inserido no contexto global marcado por uma das maiores retrações econômicas da história econômica contemporânea, e que em boa medida é responsável por diversos fatores que descrevem a conjuntura econômica brasileira atual.

Assessores econômicos dos presidenciais terão muito trabalho para trazer interpretações lúcidas e ricas sobre o atual contexto e, a partir destas, formular propostas sólidas de fomento à retomada da atividade econômica, desaceleração da inflação, redução da pobreza e melhoria dos níveis de confiança dos atores econômicos quanto ao progresso da economia nacional. Isso no mínimo.

Propostas mirabolantes e soluções de curto prazo, em geral pouco fundamentadas, certamente aparecerão. Infelizmente.

A história econômica tem nos demonstrado, por vezes repetidamente, alguns fatos que nos permitem acumular conhecimento. Um deles é que, em economia, não há soluções fáceis, indolores e de curtíssimo prazo. Se alguém prometer algo assim, desconfie!

Outra lição importante é que as instituições de mercado não conseguem, sozinhas, reorganizar o funcionamento da economia, estabilizar os níveis de preço e colocá-la na rota do progresso. Não precisamos ir muito longe: é só analisar as políticas econômicas adotadas nas nações mais desenvolvidas nos pós-pandemia, em especial nos Estados Unidos e União Europeia.

Ao mesmo tempo, é necessária uma atuação eficiente das equipes técnicas na condução das políticas públicas. Infelizmente temos assistido ao sucateamento das estruturas do Estado brasileiro e de suas equipes técnicas na última década, o que tenderá a gerar resultados menos eficazes à sociedade brasileira ao longo do tempo.

Não menos importante, pelo contrário, é necessário repensar a política de desenvolvimento econômico e social do País frente às mudanças que se avizinham na organização econômica mundial. Qual será a estratégia de inserção da economia brasileira? Quais serão os mecanismos de fomento a serem adotados? Em um País continental como o Brasil, como serão as estratégias de inserção socioeconômica regional das suas diversidades?

A economia envolve um conjunto de conhecimento e conexões complexas e por vezes difíceis de compreender e avaliar. Invariavelmente, os programas de governos acabam apresentando visões menos robustas e superficiais, seja por falta de competência técnica, ou mesmo com objetivo de captar eleitores com soluções irresistíveis, mesmo que impossíveis.

Material produzido por Sandro Renato Maskio, coordenador de estudos do Observatório Econômico da Faculdade de Administração e Economia da Metodista.

TRABALHO

Região conta com 639 vagas de emprego nesta semana

ARTHUR GANDINI
arthurgandini@dgabc.com.br

As centrais públicas de trabalho e agências de emprego do Grande ABC oferecem ao menos 639 postos nesta semana. O município que registra o

maior número é São Caetano, com 306 vagas. Elas podem ser acessadas pelo Portal do Emprego (portaldoemprego.saocaetanodosul.sp.gov.br).

Já o PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) de Rio Grande da Serra conta com 123 vagas de trabalho. Entre as oportunidades, há quatro para ajudante de obras e quatro de assistente administrativo. A cidade de Santo André conta com ao menos 71 oportunidades, das quais 11 estão disponíveis no CPETR (Centro

Erros do trabalhador atrasam aposentadoria

Falta de documentos ou divergência de dados resultam em negativa do benefício pelo INSS

CAIO PRATES
do Portal Previdência Total

Os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que dão entrada no pedido de aposentadoria no Brasil enfrentam algumas dificuldades, que foram acentuadas nos últimos meses pela pandemia da Covid-19. E os obstáculos para a tão sonhada aposentadoria podem surgir por erros dos trabalhadores ou da autarquia federal. Os cidadãos costumam esquecer de entregar a documentação completa ou realizar algum ato burocrático obrigatório. Já no INSS os problemas mais comuns são na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações.

Esses erros de ambas as partes provocam o crescimento do número de pedidos de benefícios. De acordo com o último levantamento, passou de 1,8 milhão a fila de solicitações de aposentadoria. O advogado especialista em direito previdenciário Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, diz que as falhas nas informações prestadas pelo segurado ao INSS afetam o andamento de processos de aposentadorias.

“Os erros mais comuns cometidos pelos segurados no momento de solicitar benefícios ao INSS são na documentação. Como, por exemplo, não corrigir as divergências apresentadas no CNIS (Cada-



IMPRESINDÍVEL. Documentação em ordem é o primeiro passo para requerer benefícios do INSS

stro Nacional de Informações Sociais), como divergências nos dados pessoais, ausência de data de saída de algum vínculo, falta de registro de contribuições individuais e contribuições realizadas a menor; não contratar um advogado para orientá-lo qual o melhor momento de requer o benefício e assim garantir um valor de benefício melhor; pagamentos em atraso sem comprovação de atividades; falta de comprovação de atividades especiais; falta de documentos comprovando atividade rural e falta de comprovação de dependência econômica e convivência, no caso de pensão por morte na união estável”, pontua.

Jorgetti afirma que quando há pendências na documentação, o INSS simplesmente tem

negado a concessão do benefício, forçando o segurado a entrar com recurso, o que faz com que o pedido volte para a fila de espera, demorando mais tempo para ser analisado. “Existem casos em que o recurso é negado e é necessário propor ação judicial para resolver, sendo que isso poderia ter sido evitado com a regularização das pendências antes do requerimento do benefício.”

Na visão do advogado João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, o trabalhador comete erros por falta de conhecimento técnico, o que acaba atrasando o processo de aposentadoria, ou até mesmo de acessar outros benefícios previdenciários. “Uma maneira de evitar estes erros é analisar o CNIS,

para verificar se existem erros nos salários de contribuição, nos vínculos empregatícios e também os documentos que podem aumentar o tempo de serviço e a renda”, orienta.

Os especialistas alertam que os segurados devem seguir três passos para minimizar os erros. Primeiro, verificar no CNIS as informações sobre o período de recolhimento de contribuições previdenciárias. Depois, confrontar os vínculos das carteiras de trabalho e guias de recolhimento, para verificar se todos os períodos estão completos e corretos no CNIS. E, por último, verificar os salários de contribuição e confrontar com os holerites, guias de recolhimento e alterações salariais da CTPS para ver se estão corretos.

Detalhes precisam ser observados

Em relação aos benefícios por incapacidade para o trabalho, é comum que haja a entrega de documentos antigos, que não comprovam a persistência de incapacidade.

João Badari destaca que outro documento que merece atenção é o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) para a comprovação de período insalubre. “É uma obrigação da empresa fornecer o PPP. E o trabalhador tem o direito de receber este documento em sua rescisão ou ao solicitá-lo. Caso a empresa

não exista mais, é importante tentar contatar os responsáveis e usar o site da Receita Federal para obter informações. A massa falida sempre tem um administrador e na Junta Comercial você também poderá acessar o contrato social da empresa e localizar os sócios”, orienta.

Outro problema de documentação que pode atrasar o pedido de aposentadoria ou de outros benefícios está relacionado a problemas no atestado médico. O documento médico deve relatar exata-

mente qual a doença que o segurado possui, o tempo de afastamento necessário para recuperar sua capacidade laborativa, além do código de doença, também chamado de CID (Código Internacional de Doença).

“O atestado médico apresentado no pedido ao INSS deve observar os seguintes requisitos: estar legível e sem rasuras; conter a assinatura do profissional emitente e carimbo de identificação, com registro do conselho de classe; conter as informações so-

bre a doença ou CID; e o prazo estimado de repouso necessário”, relata o advogado Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados.

Entretanto, os especialistas lembram que o indeferimento das solicitações também ocorre devido a erros por parte da autarquia e que independem do modo como os pedidos são formulados. “Também há erros por parte do INSS, como, por exemplo, na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações”, alerta Marco Serau Junior. **CP**

Público de Emprego, Trabalho e Renda). Há cinco vagas, por exemplo, para atendente de padaria. Já a Luandre, agência de empregos com unidade em Santo André, disponibiliza 60 oportunidades distribuídas em toda a região. As faixas salariais oferecidas variam entre R\$ 1.000 e R\$ 4.000.

O PAT de Ribeirão Pires, por sua vez, disponibiliza 52 vagas em seu sistema nessa semana. Há 20 oportunidades na área de telemarketing. O quinto município com o

maior número de postos disponíveis é São Bernardo. A CTR (Central de Trabalho e Renda) conta com 45 vagas em seu sistema.

Por fim, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Diadema informa que há ao menos 42 oportunidades de trabalho disponíveis no município. Informações e cadastro das vagas podem ser obtidos por meio do site emprega.diadema.sp.gov.br. Mauá não divulgou lista com os postos disponíveis em sua unidade.



EM BUSCA DA VAGA. Cidades têm ofertas nas mais variadas áreas